



Conselho de Alimentação  
Escolar do Distrito Federal

1 ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 16/04/2018, na sala de reuniões do Conselho  
2 de Alimentação Escolar do Distrito Federal - CAE/DF, sob a presidência do Sr. Daniel  
3 Pereira da Silva, representante da Coordenação de Monitoramento e Avaliação -  
4 Comav-FNDE. Presentes representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da  
5 Educação - FNDE, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF e  
6 do Conselho de Alimentação Escolar - CAE/DF, que assinam esta ata. **A reunião teve**  
7 **início às 10:20 com a exposição dos objetivos do encontro.** Após as  
8 apresentações, o Sr. Daniel Pereira Silva informou que o FNDE fará um trabalho de  
9 monitoramento *in loco* do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no  
10 Distrito Federal. O trabalho terá duração de 4 semanas e contará com o envolvimento  
11 dos principais atores do PNAE. O monitoramento envolverá análises de documentos e  
12 visitas *in loco* em escolas e no depósito de alimentos central. As visitas *in loco* serão  
13 realizadas por 3 (três) duplas de técnicos do FNDE com a presença do controle social e  
14 da área técnica do PNAE. A primeira semana (16 de março a 20 de março) será  
15 destinada a reuniões com a gestão da Entidade Executora, nutricionistas Responsável  
16 Técnica, Quadro técnico e Controle Social. Na segunda e terceira semanas (23 de abril  
17 a 4 de maio) serão realizadas as visitas *in loco* nas escolas e no depósito de alimentos  
18 central. Registrou que um dos critérios de escolha das escolas serão as denúncias  
19 recebidas pelo FNDE em 2017. Serão visitadas escolas urbanas e rurais e o  
20 planejamento inicial prevê a visita de 30 a 40 escolas. A 4ª (quarta) semana será  
21 destinada à elaboração do relatório final. Após a explanação da metodologia do  
22 monitoramento, esclareceu que o propósito da reunião é a troca de informações sobre  
23 o desempenho do Programa e sobre o investimento do Governo de Brasília no PNAE  
24 ao longo dos exercícios sob a ótica da gestão e do controle social. Informou do caráter  
25 suplementar do PNAE e da necessidade das Entidades Executoras complementarem  
26 os repasses federais. Informou que o FNDE tem conhecimento de que o Governo de  
27 Brasília está envidando esforços para que seja adquirido o mínimo dos 30% (trinta por  
28 cento) de produtos da agricultura familiar. Informa que historicamente é uma situação  
29 preocupante o fato do governo não atingir o percentual mínimo das compras da  
30 agricultura familiar. **A palavra foi passada para a Responsável Técnica do PNAE, a**  
31 **Sra. Kelen Cristiane Gonçalves Pedrollo.** A Responsável Técnica informou que em  
32 2017 o PNAE ofereceu alimentação escolar em 667 escolas, algumas ofertando mais  
33 de uma refeição por turno. Atendeu aproximadamente 405 mil alunos por dia,  
34 totalizando mais de 98 (noventa e oito) milhões de refeições no ano. O PNAE conta  
35 com um Quadro Técnico de aproximadamente 70 (setenta) nutricionistas, 46 (quarenta  
36 e seis) estão lotadas nas Regionais de Ensino, divididos de acordo com a quantidade  
37 de escolas que a Regional possui. A média é de 18 (dezoito) a 19 (dezenove) escolas  
38 por nutricionista. As atividades técnicas são desenvolvidas a nível central e a nível  
39 regional. As atividades do nível central correspondem ao planejamento das aquisições



**Conselho de Alimentação  
Escolar do Distrito Federal**

40 dos gêneros, o planejamento dos cardápios gerais, o planejamento das ações de  
41 Educação Alimentar e Nutricional (que posteriormente são repassadas para execução  
42 nas Regionais), testes de aceitabilidade de novos produtos e novas preparações. Os  
43 teste de aceitabilidade para verificar a permanência ou não de preparações é  
44 executada em nível Regional. **Com relação ao Orçamento**, em 2015 o superávit veio  
45 alto e praticamente não teve contrapartida do governo local para a compra de gêneros  
46 alimentícios. Informa ter recebido uma gestão que não estava conseguindo fazer a  
47 execução do recurso dentro do exercício. A partir de 2016 houve contrapartida do  
48 governo local e em 2017 a gestão técnica conseguiu normalizar a situação do  
49 superávit. Em 2018 o superávit é o esperado e o considerado "normal", por ser  
50 consequência dos cancelamentos de empenhos que não puderam ser utilizados,  
51 principalmente dos gêneros perecíveis e devido as safras. São situações que fogem do  
52 controle da gestão, quando os empenhos não podem ser zerados, gerando uma sobra  
53 de dinheiro. **Em relação à agricultura familiar**, em 2015 quando receberam a gestão  
54 havia 3 (três) contratos da agricultura familiar e os produtos eram distribuídos para  
55 aproximadamente 185 (cento e oitenta e cinco) escolas de 4 (quatro) Regionais de  
56 Ensino. Os contratos totalizavam aproximadamente R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões  
57 de reais) e a execução era baixa. Em 2014 a execução foi de R\$ 638.000,00  
58 (seiscentos e trinta e oito mil reais). Em 2015 a gestão aumentou a execução para R\$  
59 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Informou da Portaria Conjunta entre a  
60 Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Agricultura e a  
61 EMATER. Informou que o grupo se reúne periodicamente desde 2015 para traçar  
62 estratégias com o objetivo de ampliar a execução da agricultura familiar. Um dos  
63 resultados do trabalho do grupo foi a realização, em 2016, de um projeto piloto na  
64 Regional de Ensino do Recanto das Emas, onde a Secretaria de Estado de Agricultura  
65 assumiu a logística de distribuição dos produtos, por ser esta uma dificuldade  
66 sinalizada pelos agricultores. Para a execução em 2017 a chamada pública foi  
67 construída baseada nos resultados do projeto piloto e houve um aumento considerável  
68 da execução. O atendimento subiu de 4 (quatro) para para 6 (seis) Regionais de  
69 Ensino; de contratos de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para R\$  
70 6.000.000,00 (seis milhões de reais); de uma execução de R\$ 1.500.000,00 (um milhão  
71 e quinhentos mil reais) para uma execução de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões de  
72 oitocentos mil reais), o que significa uma execução contratual de aproximadamente  
73 79% (setenta e nove por cento) dentro do exercício. Considerando os valores de restos  
74 a pagar, o percentual aumenta um pouco. Para o exercício de 2018, a oferta de  
75 alimentos da chamada pública foi ampliada de 6 (seis) para 10 (dez) Regionais de  
76 Ensino; de 185 (cento e oitenta e cinco) escolas para 397 (trezentos e noventa e sete)  
77 escolas; o número de contratos aumentou de 6 (seis) para 12 (doze) cooperativas e  
78 associações de agricultores do Distrito Federal e da RIDE, que fornecerão uma lista de



79 29 produtos. Em 2014 e 2015 eram apenas 12 (doze) tipos de produtos. Para 2018 a  
80 gestão técnica espera uma execução superior a 85% (oitenta e cinco por cento).  
81 Foram estabelecidas várias ações que permitem o monitoramento da execução dos  
82 contratos de maneira efetiva, em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura e  
83 EMATER, que dão o feedback das cooperativas e associações. Essa ação permite  
84 monitorar as dificuldades ao longo da execução. Existem outras dificuldades mas a  
85 gestão tem trabalhado com a finalidade de atingir a execução dos 30% de produtos da  
86 agricultura familiar determinados pela Resolução nº 26/2013. Além dos contratos que já  
87 estão sendo executados, existem mais 3 processos de chamada pública tramitando no  
88 setor de licitação da Secretaria de Estado de Educação. Os processos contemplam  
89 produtos panificados para atender a Regional de Sobradinho, produtos não perecíveis  
90 (farinha de mandioca, suco de uva, cúrcuma, outros) e produtos lácteos (iogurte,  
91 bebida láctea, manteiga e requeijão). **Questionada pelo Sr. Daniel sobre a oferta da**  
92 **alimentação escolar e sobre as atividades de educação alimentar e nutricional e**  
93 **diagnóstico nutricional dos escolares**, a responsável técnica informou que vários  
94 processos de licitação ainda não aconteceram, por esse motivo alguns produtos não  
95 estão sendo fornecidos. Como consequência, os cardápios estão um pouco  
96 comprometidos nesse início de execução, mas a oferta de alimentação está regular.  
97 Apesar da necessidade de aguardar a normalização do fornecimento de alguns  
98 produtos, isso não está causando prejuízo na oferta da alimentação escolar. Com  
99 relação às atividades de educação alimentar e nutricional, o planejamento é feito no  
100 nível central e o cronograma das atividades é alinhado às semanas comemorativas do  
101 calendário escolar. O planejamento engloba alunos da pré escola, ensino fundamental,  
102 ensino médio e educação de jovens e adultos. Além dessas ações, cada Regional de  
103 Ensino tem como meta realizar 3 (três) ações de educação alimentar e nutricional  
104 independentes por quadrimestre. Existem também metas para os testes de  
105 aceitabilidade que devem ser cumpridas a cada quadrimestre. Em relação às  
106 atividades de avaliação nutricional, a Regional do Guará está realizando a avaliação  
107 dos alunos. Em 2017 realizou a pesagem e aferição de altura em todas as Escolas  
108 Classe e em 2018 está trabalhando com os Centros de Ensino Fundamental. A falta de  
109 material (balança e antropômetro) é um dificultador para que a ação seja executada  
110 nas outras Regionais. Informa que a área técnica conseguiu realizar uma parceria com  
111 o Centro Universitário UNIEURO para a realização da ação no Guará. A atividade  
112 consiste em realizar o diagnóstico nutricional da clientela e, conforme os diagnósticos  
113 apresentados, realizar ações de educação alimentar e nutricional. No caso de  
114 situações graves, os alunos são encaminhados para a Unidade de Saúde que a escola  
115 é vinculada, pelo Programa Saúde na Escola. **Questionada pelo Sr. Daniel Pereira**  
116 **(FNDE) se as fichas técnicas das preparações e os cálculos nutricionais dos**  
117 **cardápios** seriam apresentadas a equipe de monitoramento, a responsável técnica

Jan

P

P

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'Daniel Pereira' and several other initials.



Conselho de Alimentação  
Escolar do Distrito Federal

1508

118 informou que os documentos estariam disponíveis à equipe. **Em relação aos cálculos**  
119 **nutricionais dos cardápios**, o Sr. Daniel (FNDE) pergunta se o repasse do governo  
120 federal é suficiente para suprir os percentuais determinados pela Resolução nº  
121 26/2013. A Responsável Técnica informa que somente com o repasse federal não é  
122 possível e que a gestão conta com o repasse do Governo de Brasília. **Finalizada a fala**  
123 **da responsável técnica, a palavra foi passada para a Gestão da Entidade**  
124 **Executiva.** A Sra. Nelle informou das dificuldades enfrentadas pela Entidade Executora  
125 em relação às licitações e atribuiu a morosidade da conclusão dos processos ao  
126 Tribunal de Contas do Distrito Federal, que tem questionado os editais, e às  
127 dificuldades na etapa da pesquisa de preço dos produtos. Garantiu que a equipe  
128 técnica faz todo um trabalho de elaboração de termo de referência, de construção dos  
129 editais e planejamento com antecedência. As dificuldades da pesquisa de preço são  
130 relacionadas ao não envio das cotações de preços pelos fornecedores, o volume das  
131 compras ser alto e a região de entrega ser muito grande. Em 2015 o Tribunal de  
132 Contas do Distrito Federal realizou uma auditoria na alimentação escolar e identificou  
133 sobrepreço de alguns produtos. Para que a pesquisa de preço deixe de ser um gargalo,  
134 a Entidade Executora destinou mais servidores para o setor e está capacitando os  
135 profissionais. Em relação aos questionamentos do Tribunal de Contas aos termos de  
136 referência, a área técnica justifica as especificações dos produtos de acordo com a  
137 realidade das condições de armazenamento das escolas e todas as questões técnicas  
138 que envolvem determinada embalagem ou determinado tipo de produto. Por esses  
139 motivos, afirmou que existem processos que chegam a ficar 1 (um) ano tramitando na  
140 Secretaria. Informou ainda que quando a licitação acontece, é comum os  
141 questionamentos e impugnações por parte dos fornecedores, atrasando ainda mais a  
142 conclusão dos processos. Outra situação que prejudicou o fornecimento de alimentos  
143 para a alimentação escolar foi a impossibilidade de prorrogação dos contratos da  
144 alimentação escolar, conforme determinação da Procuradoria Geral do Distrito Federal  
145 no ano de 2016, baseada nas determinações do Tribunal de Contas da União. Informou  
146 que os contratos até então eram prorrogados, uma vez que o Tribunal de Contas do  
147 Distrito Federal permite renovações dos contratos da alimentação escolar. Essa  
148 situação prejudicou o planejamento da alimentação escolar e, como consequência, o  
149 fornecimento de gêneros. O Sr. Daniel (FNDE) questionou quanto a possibilidade de se  
150 instituir uma parceria intergovernamental para trabalhar em conjunto no momento de  
151 elaboração dos editais. A Sra. Nelle afirmou que a Secretaria possui uma boa relação  
152 com o Tribunal de Contas do Distrito Federal à nível técnico, mas as questões políticas  
153 não permitem o avanço. Outro importante dificultador na execução do Programa de  
154 Alimentação Escolar é a falta de informatização da Secretaria, que demanda muito da  
155 equipe. Hoje a Secretaria está trabalhando na customização do Sistema Ieducar. Com  
156 a chegada dos novos concursados espera finalizar a customização do Sistema e

Handwritten signatures and initials, including the name "Jen" and various scribbles.



Conselho de Alimentação  
Escolar do Distrito Federal

157 operacionalizá-lo o quanto antes. Finalizado o assunto, a Sra. Nelle afirmou ter dúvidas  
158 em relação à operacionalização das demais formas de gestão do PNAE. Tem ciência  
159 de que no Espírito Santo a gestão é terceirizada e questiona a forma de aquisição dos  
160 alimentos pela empresa contratada. Em relação à descentralização, relata que a  
161 dificuldade seria na realização da prestação de contas realizada pelas escolas. O Sr.  
162 Daniel esclareceu que a definição da forma de gestão é uma decisão técnica e política.  
163 A Entidade Executora tem autonomia para definir a forma de gestão e não há  
164 interferência do FNDE. Informa que o FNDE tem conhecimento de experiências  
165 positivas e negativas nas 3 (três) formas de gestão. Independente da forma de gestão,  
166 a prestação de contas é realizada pela Entidade Executora. Informa que quando a  
167 gestão decide pela descentralização, é necessário a captação de recursos humanos e  
168 um aparato tecnológico para viabilizar essa forma de gestão. **O Sr. Daniel prosseguiu**  
169 **a reunião com questionamentos relativos às questões financeiras do PNAE.**  
170 Informou que o FNDE tem conhecimento dos dados de repasse e execução lançados  
171 em 2015 no SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em  
172 Educação), e questiona o motivo pelo qual não há registros no SIOPE da participação  
173 do Distrito Federal a partir de 2016, situação essa que causou estranheza ao FNDE.  
174 Ressalta ainda que o Distrito Federal conta com a contraparte do Salário Educação.  
175 Pergunta com quantos recursos a Entidade Executora conta e como isso está sendo  
176 alocado para a aquisição de alimentos para a alimentação escolar. O Sr. Jorge Guedes  
177 (Gerente da Gerência de Acompanhamento e Fiscalização da Alimentação Escolar)  
178 afirma que em 2015 a gestão contou com uma contrapartida pequena do governo local,  
179 que foi utilizada na aquisição de kit lanche. Em 2016 e 2017 houve o investimento do  
180 Governo Distrital. Em 2018 o valor reduziu um pouco. Para monitorar os valores  
181 investidos a área utiliza o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), mas afirma que  
182 nem sempre o que está disposto no QDD é o que poderá ser utilizado de fato na  
183 execução. Afirma que a prestação de serviços com armazenamento e transporte de  
184 alimentos sempre é informada na prestação de contas como Participação na Execução.  
185 A Sra. Nelle informa que o SIOPE mudou e que existem várias informações que  
186 antigamente não precisavam ser lançadas. Informou ainda que quem preenche o  
187 SIOPE na Secretaria de Educação é o setor da Contabilidade e não a área técnica do  
188 PNAE. O Sr. Daniel volta a afirmar que causou estranheza o último dado no Sistema  
189 SIOPE ser o de 2015. **Finalizado o assunto, a palavra foi passada para a**  
190 **Presidência do Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal - CAE/DF.** O  
191 Vice Presidente do CAE/DF agradeceu pela oportunidade dada ao Conselho de poder  
192 participar da reunião. Em relação a tudo que foi dito e de maneira geral, pontua que a  
193 contrapartida do Governo de Brasília para a aquisição de alimentos ainda é menor do  
194 que o repassado pelo governo federal. Informou que a Secretaria de Educação elabora  
195 os cardápios do ano, projeta os gastos e solicita os recursos ao Governo. No entanto, o



196 Governo não vem destinando os recursos de acordo com o projetado pela área técnica.  
197 Como consequência, há a necessidade de realizar novos cálculos e o planejamento  
198 tem que se adequar ao orçamento. Afirmou que a qualidade da alimentação escolar  
199 está diretamente relacionada ao orçamento destinado pelo governo local. O Sr. Daniel  
200 ressaltou a importância do CAE junto à Câmara Legislativa sensibilizando os políticos  
201 da necessidade e importância dos investimentos na alimentação escolar aumentar ano  
202 a ano. O **Sr. André afirmou que outro problema na execução do PNAE é a**  
203 **morosidade do andamento dos processos na Secretaria de Educação.** Informou  
204 que no ano de 2017 praticamente todos os processos da alimentação escolar pararam  
205 na Subsecretaria de Administração Geral (SUAG/SEDF). Todo o trabalho que a área  
206 técnica tem de planejar e executar o PNAE é comprometido pelo setor que dá  
207 andamento aos processos. **Afirma existir falhas no planejamento das compras e**  
208 **cita o exemplo do desabastecimento atual de arroz.** Informa que em visita de  
209 fiscalização no depósito de alimentos central dias antes de começar a entrega dos  
210 gêneros não perecíveis da 2ª distribuição, a quantidade de arroz no depósito era menor  
211 que  $\frac{1}{3}$  (um terço) da necessidade. Ressalta não saber a origem da falha, mas afirma  
212 que esse tipo de falha não pode acontecer. Informa que o desabastecimento não deve  
213 ser permitido e que o Conselho vem alertando os órgãos de controle das situações de  
214 desabastecimento ao longo de 2017 e 2018. **Em relação à forma de gestão**  
215 **descentralizada**, acredita que possui aspectos positivos e negativos. Afirmar ter  
216 dificuldades de fiscalizar o PNAE com a forma de gestão centralizada, mas se for para  
217 a melhoria da qualidade da alimentação escolar, o Conselho apoiará a mudança da  
218 gestão. **A Sra. Solange Fernandes (Coordenadora da Coordenação de Segurança**  
219 **Alimentar e Nutricional – COSAN/FNDE)** questionou a visão do CAE em relação aos  
220 cardápios planejados, o acompanhamento dos nutricionistas nas escolas e as cantinas  
221 particulares. O Sr. André informou que há falha no cumprimento da oferta de no mínimo  
222 3 (três) porções de frutas e hortaliças/aluno/semana. Em relação ao cumprimento do  
223 cardápio informou que as alterações são constantes pelo desabastecimento dos  
224 produtos nas escolas. Afirmar estar no CAE desde 2016 e ao longo desse período  
225 nunca encontrou os nutricionistas nas escolas, mas acredita que o motivo seja o déficit  
226 de profissionais e a falta do carro para que eles façam as visitas. Informou saber que  
227 os nutricionistas vão às escolas, mas não são mais presentes pela falta de condições  
228 de trabalho. Afirmou não existir uma média de visitas por semana pelo CAE, e que já  
229 fizeram até 8 (oito) visitas na semana. No Plano de Ação estão previstas 100 (cem)  
230 visitas programadas. Informa que a adesão dos estudantes à refeição salgada é boa,  
231 mas é ruim em relação ao lanche doce, especialmente ao biscoito cookie. **Em relação**  
232 **aos testes de aceitabilidade**, o CAE solicitou que participasse do processo, mas isso  
233 nunca aconteceu. Afirmar ter ficado surpreso ao saber que foram realizados alguns  
234 testes, mas informa que a metodologia utilizada não seguiu a cartilha do FNDE no que



Conselho de Alimentação  
Escolar do Distrito Federal

235 se refere à determinação da participação do Conselho e frisou que o CAE não  
236 participou de nenhuma etapa. A Sra. Kelen (Responsável Técnica do PNAE) afirmou  
237 que os testes foram realizados próximo ao início das aulas em 2018, e quando  
238 receberam a solicitação do envio do cronograma para o CAE os testes já tinham  
239 acontecido. Afirma que não tinha conhecimento de que havia a obrigatoriedade do CAE  
240 acompanhar os testes de aceitabilidade mas que a partir de agora a área técnica irá  
241 comunicar e que já existe um cronograma para as próximas semanas. Informa que os  
242 resultados dos testes realizados foram encaminhados ao CAE. Foram testados os  
243 produtos novos "carne suína IQF, corte paleta e tipo pernil". **Em relação aos testes**  
244 **que avaliam a aceitação dos produtos**, em 2017 foram realizados testes de  
245 aceitabilidade pelas Regionais de Ensino com o peixe, devido ao excesso de  
246 reclamação. Não tem certeza da realização de testes de aceitabilidade com biscoitos.  
247 **Finalizado o assunto, o Sr. Daniel ressalta que esta é uma oportunidade de**  
248 **alinhar as informações, a troca de resultados**. Daqui para frente é uma oportunidade  
249 de melhorar essa comunicação, se há ruídos o ideal é que se trabalhe para melhorar,  
250 em prol do Programa. O Sr. Clóvis Lucio Sabino, Secretário de Educação Adjunto,  
251 afirmou que não há estremecimento na relação com o CAE, tendo o CAE acesso direto  
252 ao Gabinete. Aponta a falta de motorista como dificultador do desenvolvimento das  
253 atividades do CAE, mas dentro do que é possível o Gabinete atende às demandas do  
254 Conselho. Afirma que quando iniciaram a Gestão em 2015 o CAE não tinha atuação,  
255 não existia documentação, e entenderam que seria importante designar servidores do  
256 quadro da Secretaria de Educação para desempenhar as funções de Secretaria  
257 Executiva do Conselho, garantindo um nível de comprometimento dessas pessoas que  
258 prestam o apoio administrativo. Nesse sentido, questiona se o FNDE observa essa  
259 melhoria no funcionamento do CAE enquanto órgão fiscalizador. O Sr. Daniel afirma ter  
260 trabalhado no monitoramento do PNAE no Distrito Federal em 2013 e 2014 e que a  
261 problemática das denúncias que receberam em 2013 e 2014 estão relacionadas com a  
262 execução da alimentação nas escolas, os problemas denunciados naquela época se  
263 repetiram agora. Sobre o controle social, informa que o FNDE tem percebido, de 2013  
264 e 2014 para hoje, persiste a problemática do deslocamento, do transporte e da  
265 disponibilidade dos Conselheiros em atuar. Finalizado o assunto, o Sr. Daniel encerrou  
266 a reunião agradecendo a presença de todos. Nada mais havendo a tratar e ninguém  
267 querendo fazer uso da palavra, eu, Gabriela Sotério Alves da Costa, Secretária  
268 Executiva do CAE/DF e do CACS/Fundeb, redigi a presente ata que será assinada por  
269 mim e pelos presentes.

270 Clovis Lucio Sabino – Secretário Adjunto da Educação

271 Nelle Cristina – SEEDF/Chefe de Gabinete

272 Julia Mandarino – SEEDF/SIAE

273 Kelen Cristiane Pedrollo – RT -SEEDF/SIAE/DIAE



Conselho de Alimentação  
Escolar do Distrito Federal

- 274 Flávia A. I. A. Silvestre – SEEDF/SIAE/DIAE
- 275 Angela Lucia da Rosa – SEEDF/SIAE/DIAE/GPEA
- 276 Jorge Luiz Guedes – SEEDF/SIAE/DIAE/GAF AE
- 277 Rosana M. M. Tomaz de Carvalho – SEEDF/SIAE/DIAE/GAF AE
- 278 Thiago Ferreira Dias – Presidente do CAE/DF *Thiago*
- 279 André Luiz de Souza Santos – Vice-Presidente do CAE/DF *André*
- 280 Aparecida Neto de Oliveira – Assessora Especial do CAE/DF *Aparecida*
- 281 Gabriela S. Alves da Costa – Secretária Executiva do CAE/DF *Gabriela*
- 282 Daniel Pereira da Silva – FNDE-COMAV *Daniel Pereira da Silva*
- 283 Edenilza C. S. Carvalho – Coordenadora-FNDE *Edenilza*
- 284 Marcia Cristina S. Silva – FNDE-Monitoramento *Marcia*
- 285 Solange Fernandes – FNDE-COSAN *Solange*
- 286 Irisléia Aires Silva – FNDE-COSAN
- 287 Priscila Diniz – FNDE-DIDAF/COSAN
- 288 Sebastião Jader Leite Souza – FNDE-Controle Social *Sebastião*

*De Pedroflo.*  
*J. J. Leite*

*Almeida*

*Ed*  
*Regina*  
*de Sousa*  
*que*

*de*  
*Sebastião*